



15ª Convenção do PEV

Intervenção de Abertura

Joana Gomes da Silva

22 de maio de 2021

Caros Companheiros e companheiras, amigos e amigas

Gostaria de começar por, em nome do Partido Ecologista Os Verdes, saudar todos os presentes.

Gostaria também de realçar a forma como a presença de todos transforma este fórum num espaço de diversidade e de partilha.

Todos juntos, aqui e agora, contribuimos para construir um futuro melhor. O PEV é uma força política de esquerda imprescindível para fazer avançar a sociedade em torno de mais justiça ambiental e social.

O vasto património de propostas e lutas do PEV, colocam-nos na vanguarda das soluções ecologistas.

Desde a última vez que nos reunimos em Convenção, em 2018, vivenciámos diversos desafios.

Recuemos ao fim da legislatura anterior, que decorreu entre 2015 e 2019, em que o PEV, no Parlamento, contribuiu para condicionar o Governo do PS e para que se invertessem muitas medidas e diretrizes emanadas pela troika e as consequências sociais dramáticas da política do anterior Governo do PSD/CDS.

Durante esse período e apesar de o PS se ter constituído muitas vezes como um travão a mais avanços sociais e ambientais, o PEV defendeu intransigentemente um conjunto de causas que considerava essenciais ao desenvolvimento.

Falamos da necessidade de estancar a expansão das monoculturas de eucalipto, de mais investimento nos transportes públicos, no reforço da ferrovia, no alargamento do passe social, no investimento na escola pública e no reforço dos seus profissionais, na diminuição do número de alunos por turma, na diminuição do valor das propinas, no investimento no serviço nacional de saúde, na atribuição de médico de família a todos os utentes, na remoção de amianto em edifícios públicos, na expansão das salas de educação pré-escolar, no reforço dos meios humanos para a conservação da natureza e da biodiversidade, no reforço de medidas na área do bem estar animal, entre tantos outros.

Com o papel determinante de Os Verdes foi possível recuperar direitos, evidenciar a importância do estado e das suas funções para garantir o desenvolvimento.

Mas a continuidade com os compromissos de Bruxelas, traçaram novamente as opções políticas do governo PS e as intenções e os investimentos no ambiente.

E apesar de se terem feito avanços em certas áreas, com a forte intervenção de Os Verdes, persistiram situações ambientais muito preocupantes, das quais se destacam a expansão alarmante do olival intensivo em todo o Alentejo, com os enormes impactos que daí advêm para a água, para os solos e para a saúde pública. É também evidente que outras opções políticas na área ambiental, seguidas pelo governo PS estão claramente em contraciclo com os compromissos nacionais assumidos de adaptação e mitigação das alterações climáticas, o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, a Estratégia Nacional de Gestão Integrada das Zonas Costeiras, no que se refere à contenção da edificação ou construção de projetos ou grandes infraestruturas em áreas protegidas e zonas sensíveis.

O PEV contestou desde o início propostas como a pesquisa e exploração de lítio em áreas protegidas ou a construção do novo aeroporto no Montijo.

Propusemos a revisão da escolha do local para o Aeroporto Internacional de Lisboa, com uma avaliação ambiental estratégica séria, para que se respeitem as reservas naturais, as espécies e a biodiversidade.

Propusemos analisar e tornar transparente o concurso da prospeção e exploração de lítio e minerais associados, com uma avaliação ambiental estratégica que deverá incluir todos os locais.

O PEV marcou a agenda parlamentar, com estas matérias de grande relevância para o país, propondo a realização de debates temáticos e exigindo respostas.

De novo no país real, é possível observar que as consequências das mudanças climáticas são cada vez mais sentidas e deixam marcas no território, com períodos de seca e incêndios, enquanto que as políticas de fundo e as medidas necessárias não avançam verdadeiramente.

Para os Verdes é urgente agir e definir medidas transversais para a mudança. E, como tal, o PEV voltou a elencar como prioridades de intervenção política:

- as alterações climáticas, definindo a mobilidade como uma componente fundamental e exigindo um forte investimento no plano ferroviário;
- a promoção da biodiversidade e o combate à seca e a outras consequências do aquecimento global, elegendo a luta para travar as monoculturas de eucalipto e as culturas intensivas e super intensivas, como a do olival, como um dos seus eixos, mas também a necessidade de garantir meios humanos e técnicos para a conservação da natureza.
- a revitalização e desenvolvimento do interior do país; criando as condições para a fixação de tecido produtivo e população;
- a relocalização da produção e do consumo, de redução da pegada ecológica e o reforço das produções e economias locais.
- a redução dos plásticos na sociedade, nomeadamente dos descartáveis e de embalagens; entre outras.

A dinâmica criada pelos coletivos regionais do PEV e a permanente inserção no terreno

e auscultação das populações permitiram tratar temas cruciais para a agenda política do desenvolvimento. Realizaram-se atividades de rua, de norte a sul do país (ainda antes do confinamento).

Realizaram-se conversas ecologistas sobre muitos destes temas e também sobre: “a indústria extrativa e os impactos no território (Coimbra)”, a exploração de lítio em Portugal, a economia circular, o acesso à mobilidade, o não ao planeta de plástico, o bem-estar animal, o direito à igualdade, a liberdade para a diferença LGBTI, as alterações climáticas, a agricultura biológica, a floresta ou os desafios da escola pública. Refiram-se também outras conversas que decorreram online, sobre a lei do clima ou a modernização e requalificação da linha do douro e dos seus ramais, entre outras.

Os Verdes promoveram também a campanha “Transformar o descartável em reutilizável”, que chegou a várias localidades do país e a muitas praias costeiras e fluviais. Esta ação visava alertar as populações para a necessidade de redução, reutilização e reciclagem de plástico, pelo seu impacto para as espécies fluviais e marinhas e para o ser humano ao passar através da cadeia alimentar.

Os Verdes continuaram empenhados na apresentação de propostas e na luta por melhores transportes públicos, nomeadamente, no interior do país (como é o exemplo da linha do Corgo, do Ramal de Portalegre ou da eletrificação Beja-Funcheira).

De norte a sul do país, e das Regiões Autónomas, chegaram denúncias, alertou-se e questionou-se sobre o aumento do preço da água nos municípios onde a água se encontra privatizada, o fomento do arvoredo urbano, o reforço da monitorização dos recursos hídricos e apoio à expansão da rede de saneamento e tratamento de águas residuais, o cumprimento das metas estabelecidas para o tratamento e reciclagem dos Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos, Aceleração da implementação da Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável 2020-2030, em contexto de descarbonização do país, o prolongamento da central nuclear de almaraz até 2018, entre tantos outros temas.

Questionaram-se também atentados ambientais como as obras de asfaltagem de estrada na Fonte da Telha, em zona dunar, o Depósito de 120 mil toneladas de resíduos junto ao Estuário do Sado, a Deposição de amianto no aterro de resíduos não perigosos de Azambuja ou os Impactos da subestação elétrica de Runa, em Torres Vedras, poluição no Rio Douro, degradação e contaminação das águas, o asfaltamento da estrada das ginjas, na área de laurrissilva da Madeira, Parque Zoológico da Povoação e a sua situação atual, nos Açores.

Continuamos no país real, confrontados com as discussões dos Orçamentos do Estado e os desafios sociais e económicos da pandemia. O Debate e a votação do Orçamento do Estado para 2021 realizou-se numa altura difícil para o País e para a vida dos portugueses.

Os desinvestimentos a que os governos do PS, PSD e CDS sujeitaram o Serviço nacional de Saúde fez com que, chegados a esta situação inesperada, ficassem muito claras as dificuldades, as necessidades e a sua degradação, revelando também o esforço diário e a dedicação dos seus profissionais.

Esta realidade deu razão aos Verdes na necessidade de mais investimento no SNS, mais profissionais, o reforço dos cuidados de saúde primários e o reforço dos cuidados intensivos.

Os Verdes continuaram atentos e interventivos sobre setores fundamentais para dar resposta às necessidades das pessoas.

O desemprego, a precariedade e a pobreza são realidades a que o PEV continuou também a dar atenção.

Neste País, a pobreza toca muitos dos que perderam o emprego, mas também muitos dos que trabalham, devido aos baixos salários, e, mesmo assim, houve forças políticas que foram contra o aumento do salário mínimo nacional. Uma situação que exige respostas e opções que não deixem ninguém para trás.

Para Os Verdes, era determinante que este Orçamento do Estado não promovesse recuos relativamente ao que se tinha conseguido nos últimos anos. Mas, por outro lado, era também essencial que se respondesse às necessidades de um reforço substancial em áreas fundamentais, como os serviços públicos, em particular na saúde, na educação, na cultura, na justiça e na canalização de meios para garantir a sobrevivência das micro e pequenas empresas.

À crise sanitária que estamos ainda a viver, provocada pela covid-19, vieram juntar-se os problemas sociais e ambientais do país, aumentando o sentimento de incerteza face ao futuro.

É neste cenário que Os Verdes realizam a sua 15ª Convenção, momento chave para debater, propor e participar na construção da estratégia programática do PEV para os próximos anos e para aprofundar as respostas verdes necessárias face à emergência ecologista.

Os desafios que se colocam para o futuro exigem a continuação da intervenção responsável e coerente que caracteriza o PEV e que caracterizou o seu posicionamento pró-ativo no contexto da evolução da pandemia.

Os Verdes tiveram uma intervenção constante face às diversas questões que lhes foram fazendo chegar os cidadãos e apresentaram um conjunto de propostas.

Citemos, por exemplo: a gratuidade da linha do SNS 24, o isolamento profilático e a baixa médica paga 100% aos infetados pelo vírus, medidas para os lares, para as pessoas com deficiência, reforço do SNS com mais meios e profissionais de saúde, medidas para a saúde mental, reforço dos transportes públicos, apoios aos pais com filhos nas creches e no ensino básico, aos estudantes do ensino superior, proibição de despedimento de trabalhadores com contratos precários e em período experimental, apoios aos trabalhadores independentes e aos sócios gerentes, aos agricultores e aos pescadores, apoios aos desempregados, reforço da linha da segurança social, redução e deposição adequada dos resíduos descartáveis derivados da pandemia, suspensão das consultas públicas, entre muitas outras propostas.

Se, numa primeira fase, a intervenção de Os Verdes se centrou em propostas de resposta imediata à pandemia, já numa segunda fase, as propostas incidiram sobre os impactos da COVID-19 na vida das pessoas e na economia e nos direitos a assegurar pelo Estado através das suas funções essenciais, nomeadamente sobre a necessidade de dar resposta ao que ficou para trás ou ao que ficou suspenso durante o confinamento.

Referimos a reposição de horários e reabertura dos centros de saúde, a retoma da atividade assistencial, a reposição de transportes, apoio às vítimas de violência e aos idosos, em particular aos que vivem isolados, de apoios aos sócios gerentes, aos

empresários em nome individual e às micro, pequenas e médias empresas, nomeadamente as que ficaram excluídas do programa APOIAR, na retoma da atividade desportiva, apoio ao associativismo popular, na regulamentação do teletrabalho, entre outras propostas.

Um ano e meio depois do início da pandemia, constatava-se que a COVID-19 serviria de justificação para tudo e mais alguma coisa e até para encerrar extensões de saúde, para despedir trabalhadores precários, para reduzir horários de transportes, para testar experiências de teletrabalho, etc.

Defendemos um estado interventivo e determinado nos investimentos necessários e que não colocasse a meta do défice à frente das medidas de apoio e respostas necessárias às dificuldades sentidas pelos cidadãos e pelas empresas com o encerramento das atividades.

A panorâmica global da atividade política do PEV aqui traçada não pretende ser exaustiva, mas antes constituir um elemento para o debate e reflexão que se fará a seguir.

Teve por objetivo salientar que, mesmo em contexto de pandemia, mantivemos a nossa atividade regular e continuámos interventivos nas respostas que consideramos fundamentais para o desenvolvimento do País. Essa é a nossa forma dedicada, comprometida e responsável de fazer política.

Esse património de ação assume-se numa constante dinamização dos coletivos regionais dos verdes e da sua interação com os meios locais. O melhor reconhecimento do valor desta intervenção muito sustentada na realidade é a procura do PEV, por parte dos cidadãos, das populações e dos movimentos. Embora tivéssemos diminuído as ações de rua, devido as restrições associadas à pandemia, intensificaram-se a realização de webinars ou videoconferências.

Mas continuamos em tempo de emergência ecologista.

A realidade atual coloca por terra muitas das conquistas que tínhamos por garantidas e representa, em muitos aspetos, retrocessos civilizacionais e sociais que invocam novos desafios e novas respostas face à emergência ecologista.

A luta em defesa da sustentabilidade é a luta entre os que defendem modos de produção sustentáveis e os que exploram os recursos até à finitude para assegurar a apropriação da riqueza, sem se importarem com as consequências para o ambiente e para a preservação dos ecossistemas.

Os atentados aos direitos sociais e ambientais, impelem-nos a continuar a lutar e a defender a necessidade de gerarmos desenvolvimento com sustentabilidade, de alterarmos os paradigmas económicos, financeiros e produtivistas atuais que delapidam as dimensões sociais e ambientais.

A exploração laboral, nomeadamente a que se tornou recentemente mais mediática na zona do litoral alentejano e a que envolve exploração de trabalhadores migrantes é um claro exemplo.

Por outro lado, sob o lema do investimento verde e das oportunidades de negócio como o elétrico, planeia-se mais exploração intensiva dos recursos naturais e minerais na terra e no mar.

A agudização dos conflitos militares e as intervenções bélicas no norte de África e Médio Oriente, as crises dos refugiados e os dramas da travessia do Mediterrâneo, os ataques terroristas e a proliferação de grupos radicais, muitos deles com ligações e fontes de financiamento pouco claras, e os crescentes conflitos pelo acesso aos recursos naturais contribuem para o crescente sentimento de insegurança.

A paz na Palestina e no Médio Oriente só será possível com a concretização dos direitos nacionais do povo palestiniano.

A luta pela sustentabilidade, pela autodeterminação e independência dos povos e a opção clara pela paz e soberania é também uma marca de intervenção do PEV.

Sob o lema- emergência ecologista, respostas verdes é tempo de revisitarmos o nosso papel de vanguarda na luta por uma sociedade mais justa, inclusiva e ecologicamente sustentável.

Celebremos e renovemos este património de lutas, todos juntos aqui e agora,

Viva a 15.ª Convenção do PEV